



**GOVERNO FEDERAL**

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

**SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS**

**4ª REUNIÃO DO COMITÊ NACIONAL DE ZONAS ÚMIDAS**

**26 de Maio de 2009**

**Ministério do Meio Ambiente, Sala T13 Térreo, SEPN 505, Bloco B  
Ed. Marie Prendi Cruz**

Aos vinte e seis dias do mês de maio de 2009, na Sala T13 Térreo, Ed. Marie Prendi Cruz situado na SEP/505, Brasília-DF, realizou-se a quarta reunião do Comitê Nacional das Zonas Úmidas, sob a presidência da Sra. Maria Cecília Wey de Brito, Secretária de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente.

## 1. **ABERTURA**

A Secretária de Biodiversidade e Florestas, Maria Cecília Wey de Brito, na qualidade de Presidente do Comitê, agradeceu a presença ilustre de María Rivera, Conselheira Senior para as Américas da Convenção de Ramsar. Destacou a presença de todos, que, somada à agenda proposta, reflete a relevância da conservação das áreas úmidas para o Ministério do Meio Ambiente e para todos os setores representados. Fez referência à situação atual da legislação brasileira e suas possíveis mudanças que fragilizariam a conservação da biodiversidade e seu uso sustentável em diversos ecossistemas, inclusive àqueles inseridos em Sítios Ramsar .

A Secretária informou sobre a agenda da reunião, destacando a importância de dois itens em particular: o “Diagnóstico Nacional das Iniciativas Desenvolvidas em Ambientes Aquáticos” e o “Mapeamento das áreas Prioritárias para Conservação dos Ambientes Aquáticos”, que serão importantes para as ações futuras do Ministério e de todos os componentes do Comitê, pois proporcionarão um foco mais objetivo no que diz respeito a como tratar as áreas úmidas.

## **2. MEMBROS DO COMITÊ PRESENTES NA REUNIÃO**

- Ana Paula Prates – SBF/MMA
- Antônio Carlos Porciuncula Soler – FBOMS
- Cláudia Ramos Zagaglia – SEAP
- Débora Calheiros – Rede Pantanal
- Jaqueline Maria Goerck – BirdLife International/SAVE Brasil
- Kléber Souza dos Santos - MAPA
- Lúcia de Fátima Socoowski de Anello – Dept. de Educação Ambiental/SAIC/MMA
- Luciana de Paiva Luquez - CNA
- Luis Augusto Preto – ANA
- Maria Cecília Wey de Brito – SBF/MMA
- Maurício dos Santos Pompeu – SRH/MMA
- Michael Becker – WWF- Brasil
- Mônica Brick Peres - ICMBio
- Patrícia Vianna Castro – CEBDS
- Priscila Lopes Soares da Costa – SEDR/MMA
- Rodrigo Justus Brito – CNA
- Sandra Genari – Sítios Ramsar Brasileiros
- Vincenzo Lauriola - FUNAI

## **3. OBSERVADORES**

- Alessandra Moraes – UNB
- Alice – Elabore Consultoria
- Cleidemar Batista Valério – CONAMA/MMA
- Danielle Blanc – GBA/SBF/MMA
- Gislaine Disconzi – DIUSP/ICMBio
- Marcos Rosa – consultor/MMA
- Maria Carolina Hazin – GBA/SBF/MMA
- Maria Raquel de Carvalho – consultora/MMA
- María Rivera – Conselheira Senior para as Américas da Convenção de Ramsar
- Paula Petracco – consultora/limnologia
- Ricardo Machado – Conservação Internacional

#### 4. **ENTREGA DO CERTIFICADO DO SÍTIO RAMSAR – Reserva Particular do Patrimônio Natural - FAZENDA RIO NEGRO**

María Rivera – Conselheira Senior para as Américas da Convenção de Ramsar – entregou o certificado de reconhecimento da RPPN Fazenda Rio Negro como Sítio Ramsar (Sítio nº 1864) – ao representante da Conservação Internacional, Ricardo Machado, e ressaltou a importância desse tipo de iniciativa, resultado de um trabalho conjunto e coordenado entre o Ministério do Meio Ambiente e a Conservação Internacional.

#### 5. **APRESENTAÇÃO: “Uso Racional de los Humedales en las Americas”- María Rivera – Conselheira Senior para as Américas da Convenção de Ramsar**

María Rivera apresentou o histórico, a estrutura da Convenção de Ramsar, seus objetivos e destacou os três pilares sob o qual se baseiam a Convenção: 1 - Uso racional de todas as zonas úmidas; 2 – Designação e Manejo de Áreas Úmidas de Importância Internacional; 3 – Cooperação Internacional.

Mencionou o papel da Convenção para compatibilizar interesses conflitantes de desenvolvimento econômico e de conservação, através de recomendações e sugestões aos países, que justamente levam em consideração o valor econômico das áreas úmidas que mantêm o funcionamento de seus ecossistemas.

Destacou a importância do Comitê Nacional de Zonas Úmidas como instrumento para o alcance das metas propostas pela Convenção em cada país, assim como a necessidade da existência e da implementação de políticas nacionais de zonas úmidas para conservação dessas áreas.

Comentou sobre a existência de 1846 Sítios Ramsar, sendo destes, 396 localizados nas Américas e 26 novos Sítios Ramsar em processo de designação. Explicou o funcionamento do Registro de Montreux e apresentou uma panorâmica da distribuição dos sítios inseridos nesse registro em relação aos países americanos.

María Rivera seguiu apresentando dados sobre o monitoramento das condições ecológicas nos Sítios Ramsar da região, onde há 56 informes sobre ameaças, em 25 Sítios. As ameaças são relacionadas principalmente à expansão urbana, desenvolvimento de portos, oleodutos, hidrelétricas, desenvolvimento turístico, especialmente condomínios de férias e campos de golfe em área de zona costeira e contaminação. Comentou também a existência de 17 manuais da Convenção que contém diretrizes de restauração, manejo de áreas úmidas, etc, que são excelentes referências para as Partes Contratantes.

Esclareceu a importância das iniciativas regionais desenvolvidas no âmbito da Convenção, destacando as iniciativas dos países Alto Andinos, os da Bacia do Prata e a Estratégia para Conservação e Uso Sustentável de mangues e ecossistemas associados. Reafirmou a importância de trabalhos em níveis nacional, regional e local para a otimização do compromisso político para a conservação das áreas úmidas.

Vincenzo Lauriola – FUNAI – pediu esclarecimentos sobre os critérios de seleção para designação de um Sítio Ramsar e sobre a restrição de atividades desenvolvidas nessas áreas. María Rivera explicou que os critérios são basicamente ecológicos e que deve ser

priorizado o estabelecimento de atividades econômicas que sejam compatíveis com a conservação da área.

Débora Calheiros - Rede Pantanal - destacou a necessidade de se empregar a visão ecossistêmica na conservação dos Sítios e a relevância da inclusão de áreas não inseridas nos limites destes Sítios nos planos de conservação.

Maria Rivera – Convenção de Ramsar ponderou que a visão ecossistêmica deve ser considerada para a delimitação de um Sítio, de modo que a funcionalidade do ecossistema seja preservada, ainda que em áreas muito extensas tal procedimento seja um pouco mais complexo.

Maria Carolina Hazin – MMA – comentou que, apesar do Brasil não ter uma política nacional para as zonas úmidas, existem várias políticas para conservação, como a de biodiversidade, a de recursos hídricos e a de áreas protegidas. Destacou a importância de uma avaliação para identificar quais as lacunas e menções que essas políticas fazem aos ambientes alagados, e, a partir daí, começar a construção de uma estratégia nacional de zonas úmidas. Tal processo deve envolver os integrantes do Comitê Nacional de Zonas Úmidas. Maria Carolina complementa, destacando que a Convenção tem diversos materiais informativos que podem ser utilizados como referência, mas que encontram-se nas línguas oficiais da Convenção (inglês, espanhol e francês). Destaca o interesse do MMA em viabilizar a tradução desse material para o português para facilitar o acesso aos interessados.

Vincenzo Lauriola – FUNAI – questiona se Portugal não possui alguns documentos traduzidos.

María Rivera - Informou que levará essa reivindicação do Brasil para a tradução de documentos da Convenção para o português.

Ana Paula L. Prates – MMA/SBF - mencionou a importância de uma triagem de documentos a serem traduzidos, priorizando as Resoluções Ramsar de conteúdo mais técnico.

Maria Carolina relatou que já foi procurada pelo ponto focal da Convenção de Portugal para estabelecer cooperação com países de língua portuguesa, havendo interesse de auxílio na busca de recursos para tradução desses documentos.

## **6. APRESENTAÇÃO - “Diagnóstico Nacional das Iniciativas Desenvolvidas em Ambientes Aquáticos”- Maria Raquel de Carvalho – consultora/MMA**

Maria Raquel de Carvalho relatou os objetivos e metodologia utilizados para a confecção do diagnóstico e discorreu sobre os diferentes aspectos da distribuição das iniciativas realizadas em ambientes aquáticos brasileiros: Estado/Município, unidades de conservação, bacias hidrográficas, biomas, tipos de áreas úmidas e temas tratados nas Resoluções da Convenção.

Apresentou o banco de dados que abriga as informações levantadas, desenvolvido pela CGTI/MMA (Coordenação Geral de Tecnologia de Informação e Informática), destacando a importância da sua divulgação, acessibilidade e possibilidade de alimentação das informações.

Sandra Genari - Sítios Ramsar Brasileiros – pediu esclarecimentos sobre o tipo de pesquisa que foi realizado, se foi utilizado somente a internet, e quais os critérios de busca. Maria Raquel de Carvalho esclareceu que somente a internet foi utilizada como ferramenta

de busca e Maria Carolina Hazin completou que, apesar da abrangência limitada do levantamento, a iniciativa é positiva, visto que possibilita a ampla divulgação das atividades e que se pretende que haja envolvimento de outros atores para que comuniquem a existência de atividades semelhantes.

Priscila Lopes Soares da Costa – SEDR/MMA – comentou sobre a importância do levantamento dessas informações dentro de um banco de dados, pois permitem a validação dos dados, a alimentação e atualização desses dados, bem como a divulgação dessas informações. Citou o Lattes como exemplo de banco de dados funcional.

Mônica Brick Peres – ICMBio – questionou sobre o uso de municípios como referência geográfica para a área marinha e sugeriu a colaboração junto aos bancos de dados no Instituto Chico Mendes, para que as áreas marinhas tenham como referência a área de amostragem ou monitoramento. Maria Raquel de Carvalho sugere que o banco de dados utilize referências geográficas mistas e Mônica Brick Peres destaca ainda a importância do cruzamento dos dados do sistema desenvolvido no ICMBio para avaliação das espécies e os dados referentes ao estado de conservação das áreas.

Michael Becker – WWF-Brasil - disponibiliza o apoio da WWF para a divulgação desses dados para que eles estejam acessíveis o mais rápido possível.

Ana Paula L. Prates – MMA/SBF – destacou a relevância do lançamento e publicidade do banco de dados, agradeceu a parceria com a WWF, assim como a possibilidade do cruzamento de informações com o ICMBio. Mencionou a importância desse banco como ferramenta do Comitê para a elaboração do informe nacional, atualização e troca de informações entre os atores envolvidos.

Vincenzo Lauriola – FUNAI – criticou o uso da internet como fonte para o levantamento de dados e mencionou que facilidades de financiamento podem estimular a atualização das informações pelos diversos atores.

Luis Augusto Preto – ANA – sugere que o banco de dados seja de fácil acesso para que se torne uma ferramenta de transferência de dados. Destacou ainda a importância dos setores governamentais de alimentarem as próprias iniciativas.

Maria Carolina Hazin – MMA/RAMSAR – citou casos em que a alimentação do banco atreladas à financiamentos nem sempre são efetivas, exemplificando o caso do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação no Brasil.

## **7. APRESENTAÇÃO: “Enfoque Ecosistêmico Aplicado à Gestão de Recursos Hídricos”** – Maurício Pompeu – Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano/MMA

Maurício Pompeu destacou alguns pontos da Política e do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Detalhou a abordagem ecossistêmica, destacando conceitos como vazão ambiental e ecorregiões aquáticas.

Relacionou a vazão ambiental com instrumentos da Política de Recursos Hídricos e com o licenciamento ambiental, os ZEEs, além de outros tipos de planejamento.

Comunicou que a SRHU vem realizando oficinas, junto com a SBF, para discutir o tema da vazão e informou sobre a realização futura de oficinas específicas sobre ecorregiões aquáticas. Destacou a parceria com a TNC, que vem desenvolvendo a metodologia para a subdivisão das ecorregiões aquáticas.

Michael Becker – WWF-Brasil – questionou qual é a interlocução da ANA com a SRHU a respeito desse tema e se já foi feita escolha de áreas para implementação das diretrizes relacionadas ao tema.

Maurício dos Santos Pompeu – SRH/MMA – respondeu que há diálogo entre a Secretaria e a ANA e que há intenção de elaborar projetos pilotos para 2010 e 2011. Destacou a importância da participação social na discussão e que os pilotos devem ser desenvolvidos onde haja comitê de bacia instalado e funcionando.

Michael Becker – WWF-Brasil – mencionou que o conceito de vazão ambiental não é um valor absoluto, devido aos diferentes tipos de rios existentes no Brasil e seus diferentes regimes. Destacou a importância de órgãos gestores estaduais no caso de outorga em nascentes e regiões adjacentes.

Sandra Genari - Sítios Ramsar Brasileiros – propôs uma reflexão sobre a legislação e políticas públicas de licenciamento, pois as vazões são afetados de forma bem diferenciada em alguns empreendimentos. Chamou atenção novamente o projeto de barramento de todos os tributários do Rio Javaé, que poderá afetar o pulso hídrico e alternar negativamente o Sítio Ramsar do Parna Araguaia.

Destacou a fragilidade do sistema de outorgas e questionou como o mesmo funciona. Ainda, perguntou sobre o funcionamento das políticas em locais que ainda não tem comitê de bacia instalado e funcionando.

Maurício dos Santos Pompeu – SRH/MMA – esclareceu que o projeto piloto não teria capacidade de fazer com que um comitê que não existe passe a existir. Em relação ao licenciamento, informou que existem instrumentos relacionados à vazão ambiental, como outorga, que dá o direito de uso daquela quantidade de água, e enquadramento que versa sobre a quantidade de água disponível, por exemplo, para diluir o efluente. Completou mencionando que as oficinas de trabalho que ocorrerão esse ano tem o objetivo de construir diretrizes sobre o tema.

Débora Calheiros - Rede Pantanal – alertou para o impacto dos 115 projetos de hidrelétricas no Pantanal. Mencionou a necessidade de maior discussão no CNZU sobre as outorgas, de responsabilidade da ANA.

Mônica Brick Peres – ICMBio – reforçou a importância do documento das Áreas Prioritárias como instrumento para enfoque ecossistêmico, juntamente com documentos referentes aos zoneamentos e de licenciamento, pois consolidam a informação ecológica e dão diretrizes de licenciamento conjuntos.

Maurício dos Santos Pompeu – SRH/MMA – concordou e questionou a dificuldade de como promover essas sinergias com as ZEEs. Convidou a todos os presentes para as próximas oficinas estarem discutindo essa questão.

Maria Carolina Hazin – MMA/RAMSAR – mencionou a relevância do trabalho conjunto entre SRHU e SBF e a participação dos membros do CNZU na discussão. Destacou que os ecossistemas aquáticos devem ser vistos como usuários de água, ainda que indiretos, já que não precisam de outorga.

## **8. APRESENTAÇÃO: “Mapeamento das Áreas Prioritárias para Conservação dos Ambientes Aquáticos Brasileiros” – Marcos Rosa – consultor/MMA**

Marcos Rosa apresentou o mapeamento, informando sobre o material base utilizado (mapeamento dos biomas para o Probio/2002, carta de espelhos d’água da ANA, levantamento de áreas de várzea/Pró-varzea e cartas de hidrografia do Brasil/IBGE) e a

metodologia aplicada. Explicou os conceitos utilizados para definição dos alvos de conservação e sobre o processo nacional de consulta para definição das áreas prioritárias, além dos objetivos de tal mapeamento, como, por exemplo, utilizá-lo como base para processos de licenciamento.

Como resultado do mapeamento, apresentou uma seleção preliminar de 442 áreas alagadas prioritárias, de um total de 2.683 de áreas prioritárias para conservação da biodiversidade. Desse total, informou que 134 são áreas protegidas, com 346.735 km<sup>2</sup>; 151 áreas com recomendação para criação de UC, com 443.763 km<sup>2</sup>; 37 áreas com recomendação de criação de Mosaico/Corredor, com 40.870 km<sup>2</sup>; 35 áreas com recomendação para recuperação, com 31.195 km<sup>2</sup>; 15 áreas com recomendação de inventário biológico e 50 áreas com outras recomendações (ordenamento territorial, ordenamento pesqueiro, definição de área de exclusão de pesca, manejo de bacia).

Lembrou que todo o resultado desse trabalho está disponível para consulta no site do Ministério do Meio Ambiente, sendo possível verificar a metodologia e baixar o documento técnico do projeto.

Encerrou destacando a importância das sugestões dos presentes para finalização desse trabalho.

Maria Carolina Hazin – MMA/RAMSAR - mencionou que no Brasil não existe um inventário detalhado e completo dos ambientes aquáticos. Então, mesmo que os mapas utilizados como base não apresentassem um detalhamento ideal, a definição de áreas prioritárias, ainda que preliminar, é um material importante como instrumento de negociação para conservação de uso sustentável nessas áreas no Brasil, além de ser um instrumento para seleção de novos sítios Ramsar no Brasil.

Luis Augusto Preto – ANA – perguntou se as áreas prioritárias já estavam delimitadas e por isso foram selecionadas.

Marcos Reis Rosa – MMA – esclarece que as áreas prioritárias para áreas úmidas foram selecionadas a partir de áreas destinadas à conservação mais abrangente da biodiversidade, de um documento oficial de 2007, desenvolvido pelo MMA.

Luis Augusto Preto – ANA – questionou se há alguma mudança em termos de licenciamento para uma área designada como sítio Ramsar.

Ana Paula L.Prates – MMA/SBF – respondeu que as áreas prioritárias não indicam áreas para criação de unidade de conservação, elas podem ter indicação para diversos tipos de uso, inclusive criação de unidades de conservação.

Esclareceu que todos os sítios designados no Brasil estão em unidade de conservação, de maneira que as normas vigentes para gestão de áreas protegidas é a que deve ser obedecida.

Maria Carolina Hazin - MMA/RAMSAR - mencionou que o Estado brasileiro quando assina a Convenção se compromete a manter as características ecológicas dos Sítios Ramsar.

Citou que os 442 polígonos mapeados como áreas úmidas prioritárias não obrigatoriamente serão designados como Sítios Ramsar, mas que os 134 já reconhecidos como áreas protegidas seriam aqueles com possibilidade de indicação no momento.

Maurício dos Santos Pompeu – SRH/MMA – comentou que pode-se tomar as ações da SRHU em estabelecer uma metodologia de detalhamento das ecorregiões aquáticas para auxiliar na definição de Sítios Ramsar, que poderiam estar representados nas distintas ecorregiões.



Mônica Brick Peres – ICMBio – sugeriu que se considerasse “camadas” de uso, ou seja, informações sobre o custo sócio econômico e custo de fiscalização, o que auxiliaria na gestão e criação de unidades.

Débora Calheiros - Rede Pantanal – elogiou a iniciativa e destacou a importância de grande área do Pantanal estar indicada como área prioritária, pois no caso desse bioma, a maioria das cabeceiras dos rios estão em regiões que sofrem desmatamento.

Questionou, no caso de regiões transfronteiriças, se há alguma possibilidade, no futuro, de desenvolver iniciativas conjuntas para a conservação de áreas úmidas.

Maria Carolina Hazin – MMA/RAMSAR - esclareceu que em relação às áreas transfronteiriças, não só a Convenção de Ramsar, como a Convenção de Diversidade Biológica, a Convenção de Patrimônio Nacional da Unesco, todas prevêem a designação de áreas transfronteiriças. Esclareceu, contudo, que, atualmente, o Brasil não pretende designar áreas transfronteiriças, embora não haja restrição em cooperar com países vizinhos no manejo das áreas. Exemplo dessa situação é o Parque Nacional do Iguaçu: dois parques distintos e individuais (um brasileiro e outro argentino).

Kleber dos Santos - MAPA - pediu esclarecimentos sobre a existência de agricultura consolidada nas áreas mapeadas, e perguntou se as áreas mapeadas são somente ecossistemas naturais.

Marcos Reis Rosa – MMA – respondeu que foi utilizado o mapa de remanescente florestal como base para priorizar as áreas, mas a delimitação não é perfeita. Os polígonos incluem áreas de uso e áreas de ordenamento, embora o foco seja trabalhar com áreas naturais, de remanescente, e onde ainda haja biodiversidade a ser conservada.

Ana Paula L. Prates – MMA/SBF – esclareceu que ainda não há o estabelecimento de prioridades para Sítios Ramsar. A questão ainda é se as áreas prioritárias usaram como alvo as zonas úmidas do Brasil. Para a zona costeira essa questão já estava garantida, mas para os outros biomas, não se sabia. Agora com esse trabalho pode-se elucidar se as áreas úmidas foram consideradas ou não e o quanto, para depois a discussão ser encaminhada em relação à priorização de criação de unidades de conservação em zonas úmidas e até a designação de Sítio Ramsar aqui no comitê com vocês.

Luis Augusto Preto – ANA – pediu esclarecimentos sobre a sobreposição de áreas prioritárias para conservação com áreas com plantação de arroz localizadas no Rio Grande do Sul e outras áreas com situação semelhante localizadas entre Barreiras e Eduardo Magalhães na Bahia.

Ana Paula L. Prates – MMA/SBF – esclareceu que, no caso do sul, são áreas inseridas em unidade de conservação de uso sustentável, onde diversos usos são permitidos. Apesar da Convenção prever a possibilidade de designação de sítios artificiais, temos a posição de privilegiar as áreas mais naturais possíveis, e realmente as que já são unidades de conservação para esse fim.

Marcos Reis Rosa – MMA – mencionou que as áreas prioritárias de conservação de biodiversidade usadas como referência, não implicam em nenhuma limitação legal adicional a nenhuma área, ou seja, não existe nenhuma restrição legal associada a essas áreas, porque é uma área para planejamento, é uma área para priorizar, para orientar ações do governo para conservação para o uso sustentável da repartição de benefícios da biodiversidade. Foram priorizadas áreas naturais, porque a biodiversidade ali é mais intocada. As áreas alteradas têm recomendações de ordenamento territorial para tentar recuperar um pouco, não existindo nenhuma limitação do tipo: onde tem uma área prioritária de extrema importância, você vai ter que retirar as pessoas ou evitar o uso. Não

tem essa orientação do produto, é mais mesmo uma orientação de planejamento de como o governo deve atuar, através da participação da sociedade.

Jaqueline M Goerck - BirdLife International/Save Brasil – colocou à disposição os mapas das IBAs (áreas importantes para conservação das aves do Brasil) e comentou que a maioria tem sobreposição com as áreas prioritárias.

Ana Paula L. Prates – MMA/SBF – completou que na parte da zona costeira e marinha as IBAs foram usadas como base para as áreas.

Débora Calheiros - Rede Pantanal – enfatizou que as áreas prioritárias devem ser contextualizadas no enfoque dos usos múltiplos, pois deve-se repensar no limite de uso ecossistêmico para que os serviços ambientais sejam mantidos.

Eduardo Godoy – ICMBio – mencionou que o setor portuário, através da ANTAQ, vem se organizando no sentido de atender as demandas de empreendimentos nos principais estuários brasileiros, mas não está levando em conta a importância biológica de certas áreas e seria interessante se o Ministério do Meio Ambiente fizesse parte dessa discussão.

Maria Carolina Hazin – MMA/RAMSAR – comentou que entre os próximos encaminhamentos estará o repasse desse material para representantes de todos os estados brasileiros e para representantes do Comitê também. Porque cada um a partir de suas experiências e locais trabalha pode sugerir uma modificação, um delineamento desses polígonos já previstos. Lembrou que as áreas prioritárias são direcionadas para a conservação da biodiversidade, porque existem áreas que estão dentro desses polígonos que são áreas de uso múltiplo, mas o que fundamentou a seleção nessas áreas foi conservação da biodiversidade.

Michael Becker – WWF-Brasil – exemplificou a região do Xingu como local onde se aplica boas práticas de agricultura ao mesmo tempo que se quer garantir a conservação daquela área.

Maria Carolina Hazin – MMA/RAMSAR – questionou qual seria o critério para as futuras designações de Sítios Ramsar, e destacou a importância das futuras discussões no Comitê para o direcionamento desse processo.

Maria Rivera – Convenção de Ramsar – comentou a estratégia de cada país em relação à designação de sítios Ramsar e usou o México como exemplo. Mencionou a existência de critérios internacionais para serem cumpridos, mas que é o próprio país que determina tais critérios.

Cláudia Ramos Zagaglia – SEAP – perguntou se as propostas serão para sítios Ramsar deveriam primeiramente ter um olhar livre sobre as áreas prioritárias, independente de serem unidades de conservação ou não.

Maria Carolina Hazin – MMA/RAMSAR – respondeu que num primeiro momento deve-se adotar uma visão livre sobre os polígonos voltada somente à inclusão de áreas úmidas, depois direcionar a discussão para ver qual seria o papel de cada área.

Marcos Reis Rosa – MMA - completou com o esclarecimento que as áreas prioritárias são revistas normalmente a cada cinco anos. E então se houver a localização de lacunas, essas poderão ser marcadas e isso pode ser um subsídio para revisão de áreas prioritárias.

Vincenzo Lauriola – FUNAI – questionou sobre a relação entre os povos indígenas e os Sítios Ramsar.

Maria Rivera – Convenção de Ramsar – respondeu que os procedimentos de designação de sítios em terras indígenas ou comunidades locais seguem modelos de acordo

com o contexto de cada país, mas a realidade é que deve sempre existir um processo de consulta e discussão interna em todas as situações.

Ana Paula L. Prates – MMA/SBF – completou que quem envia a designação de um sítio à Convenção é o Itamaraty, órgão máximo da política internacional, mas todos os atores e órgãos são envolvidos e consultados.

Débora Calheiros - Rede Pantanal – perguntou sobre a possibilidade de promover políticas conjuntas, desenvolvimento de estudos e projetos de uso da área com base em sustentabilidade de forma conjunta, em áreas já designadas como sítio Ramsar, como o sistema Paraguai-Paraná.

Maria Rivera – Convenção de Ramsar – comentou sobre o que se encontra desse tipo de cooperação. Mencionou que, dos países que formaram a Bacia da Prata, Uruguai, Paraguai, Bolívia e Argentina, e Brasil, desses cinco países é o Brasil é único que tem feito esse esforço. Bolívia está um pouco mais focada em outras áreas de interesse, estão um pouco mais interessados na parte andina. A Argentina tem alguns elementos preliminares de diagnóstico e de áreas protegidas e no caso do Paraguai e Uruguai está muito mais atrás. Então é um pouco como o estado da arte desses cinco países.

Kleber dos Santos – MAPA - comentou que a criação de câmaras técnicas seria muito positiva para que os temas sejam trabalhados efetivamente. Comentou sobre a inquietação do Ministério da Agricultura sobre as restrições de unidades de preservação, como áreas de preservação permanente, áreas de reserva legal, e também gostaria de maior esclarecimento sobre a designação de áreas privadas como sítios Ramsar.

Ana Paula L. Prates – MMA/SBF – respondeu que as áreas privadas designadas já eram RPPNs, ou seja, uma unidade de conservação reconhecida pela lei do SNUC.

Maria Carolina Hazin – MMA/RAMSAR – complementou explicando que no caso da RPPN, o proprietário já está prestando um serviço público, porque existem serviços ambientais pela área natural que ele preserva, já está de fato oferecendo um serviço à sociedade, mas como a terra é privada ele tem todo o direito de limitar o acesso.

## **9. APRESENTAÇÃO: Participação do Brasil no ICRI – Iniciativa Internacional dos Recifes de Coral - Ana Paula L. Prates - MMA/SBF**

Ana Paula L. Prates comentou que a apresentação seria uma resposta à reunião anterior, quando foi aprovada a criação da Câmara Técnica para Recife de Coral no âmbito do Comitê Nacional de Zonas Úmidas. Essa Câmara Técnica ainda não foi criada, a proposta foi para a Casa Civil, nosso Ministro chegou a anunciar, no entanto, ela voltou com alguns questionamentos jurídicos. Informou que atualmente a proposta está sendo reencaminhada, a Câmara Técnica está aprovada, mas ainda não foi publicada.

Explicou que essa Câmara funcionará como local de articulação desse assunto, destacando a nossa preocupação com o ecossistema de recife de coral, assim como, os manguezais, refletidas em publicações como o Mapeamento dos recifes, a Campanha de Conduta Consciente, projeto de monitoramento com sete anos de parceria com o Projeto Coral Vivo, e finalmente a adesão do Brasil à Iniciativa Internacional dos Recifes de Coral, o ICRI.

Esclareceu que o ICRI que é uma iniciativa, uma parceria entre governos, organizações internacionais e ONGs, no intuito de conservar os ambientes recifais e os ambientes relacionados pela implementação do capítulo 17 da Agenda 21 e nos diversos compromissos de outros órgãos internacionais como a CDB e própria Convenção de

Ramsar. Mencionou que existem 36 países e diversas instituições multilaterais e ONGs como membros dessa iniciativa internacional. Teve início em 1996 e nós só aderimos em 2006 durante a COP 8 de diversidade biológica que aconteceu aqui no Brasil. De anos para cá, temos participado a cada ano. A adesão ao ICRI é uma adesão voluntária, e exatamente por ser voluntária, ela não tem ônus nenhum, a única obrigação que o país assume é de participar das reuniões e tentar ali fazer cooperações e troca de experiências.

Explicou que no Brasil existem dois pontos focais: o Ministério do Meio Ambiente e um representante da Academia, a professora Beatriz Padovani Ferreira da Universidade Federal de Pernambuco. A Convenção de Ramsar é um dos membros do ICRI, e tem-se tentado reforçar a necessidade de integração das ações de conservação de recifes de coral com manguezais.

Apresentou os livros relacionados ao ICRI lançados a cada dois anos e mencionou que os presentes receberam um folder que é um sumário executivo do último livro. Informou também que os livros estão disponíveis em CD e na internet. Divulgou o sumário executivo traduzido para o português, que na última página traz os principais resultados no Brasil. Esse material também foi disponibilizado para todos os presentes, além de estar disponível na internet.

## **10. Discussão da Minuta da Resolução CONAMA sobre utilização de agrotóxicos em ambientes aquáticos**

Maria Carolina Hazin – MMA/RAMSAR – explicou que o CONAMA funciona como uma plenária e abaixo da plenária existem Câmaras Técnicas Temáticas que podem criar grupos de trabalho de caráter técnico, onde serão discutidas as minutas de Resolução para que sejam aprovadas de volta para a Câmara Técnica para depois ir a plenária para aprovação final.

Apresentou informações referentes a uma apresentação feita pela Adriana Maximiano que é do IBAMA e trabalha com agrotóxicos. Essa apresentação fundamentou a formação desse grupo de trabalho no âmbito da Câmara Técnica de Qualidade Ambiental. O IBAMA declarou que recebe essa demanda constante e argumenta que essa atividade já é realizada ilegalmente e já existe uso de agrotóxicos e químicos em ambientes aquáticos, porém não existe uma regulamentação específica, ou seja, essas práticas são feitas ilegalmente no país. Destacou-se a importância ecológica das macrófitas e mencionou que especialmente em ambientes artificiais existe um descontrole populacional dessas macrófitas, o que ocasiona um desequilíbrio ecológico e prejuízos na produção de energia, porque os reservatórios são, de fato, as áreas onde há maior crescimento e proliferação das macrófitas. Mencionou a reivindicação do setor para que sejam liberadas outras formas de controle dessas macrófitas, citando prejuízos socioeconômicos.

Explicou que o registro de um agrotóxico qualquer é dado em conjunto pelo Ministério da Saúde (ANVISA) e pelo Ministério do Meio Ambiente, por meio do IBAMA.

Luciana de Paiva Luquez – CNA – comentou que o registro de produtos agrotóxicos, ou agropesticidas são divididos da seguinte maneira: aqueles utilizados na agricultura são listados pelo Ministério da Agricultura, aqueles que são utilizados em outros ambientes, como os aquáticos, têm registro pelo IBAMA. A avaliação de eficiência é feita pelo IBAMA, a avaliação de eficiência e a classificação toxicológica do produto é feita pela

ANVISA, e é feita também uma avaliação quanto ao potencial de periculosidade ambiental, a toxicidade desse produto e alguns são feitos avaliação de risco.

Maria Carolina Hazin – MMA/RAMSAR – comentou que o registro de um agrotóxico realmente só sai depois de passar por três órgãos, Agricultura, Ministério do Meio Ambiente, por meio do IBAMA e ANVISA. Ou seja, IBAMA sozinho não faz uma parte do registro sem que outras partes sejam ouvidas.

Luciana de Paiva Luquez – CNA – discordou, explicando que depende do produto. Os agrotóxicos são registrados pelo Ministério da Agricultura, mas no caso de determinados produtos para preservação de madeirai, o registro era feito pelo IBAMA. Em relação à Resolução CONAMA, a proposta que seja registrado no IBAMA.

Maria Carolina Hazin – MMA/RAMSAR – agradeceu os esclarecimentos e deu continuidade as explicações, mencionando que já existe uma lei que rege o registro desses químicos, que é a lei 7802 de 1989, e existe um decreto também que regulamenta essa lei e existe uma Resolução que estabelece a licença ambiental para empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de significativa degradação. Diante disso, explicou que a Resolução deve mudar para regulamentação da utilização e comercialização dos agrotóxicos para ambientes aquáticos e não mais registro como estava previsto anteriormente, porque já existe uma lei e um decreto específico para isso.

Informou que já foram realizadas cinco reuniões desse GT, onde trabalham 20 pessoas. Estão previstas as próximas reuniões para começo ou meados de junho, e a sexta reunião está prevista para o final de junho.

Perguntou se todos os presentes tiveram a oportunidade de ler a Resolução, a minuta de Resolução que foi apresentada, e comentou da importância da oportunidade atual de discussão para que as impressões e posições dos presentes sejam levadas para a próxima reunião do GT.

Mencionou a preocupação com uso de químicos em ambientes aquáticos, devido à dinâmica em ambientes aquáticos ser completamente diferente da dinâmica em ambientes terrestres, uma outra argumentação é que usar agrotóxicos em ambientes aquáticos é um paliativo, não se está combatendo a causa, mas somente o efeito. Esclareceu que grande parte da proliferação das macrófitas se dá devido a eutrofização desses ambientes aquáticos, por um problema no tratamento de água e de tratamento de esgotos.

Informou que existe outro grupo no CONAMA que está discutindo o tratamento de efluentes, sugeriu o trabalho paralelo com esses dois Gts.

Apresentou Cleidemar Batista Valério, do Conselho Nacional do Meio Ambiente, do CONAMA do Ministério do Meio Ambiente.

Cleidemar Batista Valério – CONAMA/MMA – informou que a Resolução está em fase final. Foram implementadas discussões bastante ricas no grupo de trabalho, que é formado por uma equipe altamente especializada com representantes da academia e do setor produtivo e do IBAMA, da ANA, e do IBAMA. Mencionou que o resultado foi a proposta com a minuta de Resolução que está no site, a versão chamada zero e essa versão foi discutida e já recebeu algumas emendas. Esclareceu que a principal mudança que houve foi em relação à pesquisa, e quanto à prevenção zero dizia que ela ia regulamentar a pesquisa, a utilização de agrotóxicos, mas o item pesquisa foi retirado.

Informou que as discussões terão terminado em julho ou agosto, será encaminhada à Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos e depois para a plenária do CONAMA. Esclareceu que em todas essas instâncias ela pode receber emendas.

Maria Carolina Hazin - MMA/RAMSAR – perguntou qual a possibilidade do CONAMA financiar uma passagem para um membro do Comitê para participar da reunião do GT.

Cleidemar Batista Valério – MMA – respondeu que o CONAMA paga só uma passagem por reunião para a sociedade civil, normalmente as ONGs que tem assento até na Câmara Técnica. Nós temos duas ONGs na Câmara técnica e nós só podemos pagar uma, por conta dos recursos escassos.

Ana Paula L. Prates - MMA/SBF - ressaltou a importância desse assunto dentro do Comitê Nacional de Zonas Úmidas, porque além de ser um assunto que interessa a todos que trabalham com zonas úmidas, é um assunto também que vem trazendo preocupações no âmbito da Secretaria de Biodiversidade e Floresta. Mencionou que o Comitê deveria se manifestar não somente na presente data, mas que haja um acompanhamento do assunto.

Comentou da sua experiência na área de ecotoxicologia e reforçou que esse tipo de Resolução que prevê uso de agrotóxicos em águas.

Débora Calheiros - Rede Pantanal – relatou sua experiência com agrotóxicos no Rio Tietê e no Rio Piracicaba, e o atual trabalho na Bacia do Alto Paraguai, um projeto de longa duração, o PELD do CNPq, que são dez anos de trabalho de monitoramento da contaminação por pesticidas na Bacia do Alto Paraguai. Ressaltou que a questão realmente é muito polêmica, não só no uso de controle de macrófitas, mas também no uso agropecuário como um todo. Relatou a gravidade do fato de terem encontrado DDT recente numa área de arrozal na Bacia do Rio Miranda.

Perguntou se existe alguma iniciativa do Governo Federal, com o PAC, em relação à questão do saneamento e se essa questão foi tratada na atual discussão.

Maria Carolina Hazin - MMA/RAMSAR – comentou que a visão do grupo que defende o uso de agrotóxicos em ambientes aquáticos, remete ao reconhecimento da questão do tratamento da água como causadora do problema, e que a utilização dos agrotóxicos equivaleria ao combate do efeito e não da causa. Esse grupo reconhece também a dificuldade do tratamento de toda a água do país. Relatou que a sua visão, porém, é o controle mecânico das macrófitas, o que o outro grupo vê como inviável por ser um método caro e pouco eficaz.

Cleidemar Batista Valério – MMA – complementou informando que as outras resoluções relacionadas a efluentes foram divididos em subgrupos, um referente a novos parâmetros, outro de ecotoxicidade, e outro grupo sobre emissários submarinos. Relatou que o grupo de saneamento é o que está mais emperrado, devido às posições conflitantes e a dificuldade que se tem de se chegar num consenso.

Esclareceu que o texto da resolução é referente à quarta reunião, mas nesse intervalo houve uma proposta do coordenador para que colocasse assuntos que foram discutidos na quarta e incorporasse já numa proposta de Resolução. E então nós temos já da ANDEF, a proposta. Foram feitos vários cortes e algumas emendas, pesquisa e registro foram suprimidas. Completou que essa versão está disponível no site, mas não foi aprovada ainda, por ser assunto da quinta reunião.

Maria Carolina Hazin - MMA/RAMSAR – complementou que a versão sobre a qual os presentes estão trabalhando é a atual, pois na quinta reunião não houve alteração do documento.

Luciana de Paiva Luquez – CNA – mencionou que o RET, o Registro Especial Temporário é que passa pelos três ministérios. O registro final de um produto, um RET permite que você faça pesquisa e experimentação por dois anos de um determinado produto

agroquímico, ou pesticida. Depois posteriormente dependendo da funcionalidade ou da atividade em que o produto é utilizado, aí sim um ou outro órgão registra. Os fitossanitários, por exemplo, são registrados pela ANVISA.

Perguntou se o controle mencionado na resolução refere-se a qualquer tipo de situação de controle ou é especificamente para macrófitas e de lagos artificiais.

Maria Carolina Hazin - MMA/RAMSAR – respondeu que o que realmente motivou a criação do grupo foi o uso de agrotóxico especialmente para macrófitas, que é o grande problema nas represas e para hidroelétricas, mas a medida que as reuniões acontecem, as discussões vão enriquecendo.

Relatou que inicialmente a resolução foi pensada para macrófitas, mas assumem que deve haver ampliação para outros organismos invasores exóticos, mas o grupo não tem consenso sobre isso.

Declarou que a posição da SBF é radicalmente contra o uso de agrotóxicos em ambientes naturais.

Vincenzo Lauriola – FUNAI – questionou sobre a existência de outras ameaças aos ambientes aquáticos, reforçando a questão da conservação aliada às mudanças no uso do solo e todas as atividades que afetam essas áreas.

Ana Paula L.Prates - MMA/SBF – concordou que a questão dos agrotóxicos é somente um dos vários problemas que ocorrem nessas áreas. Ressaltou a posição da Secretaria de Biodiversidade e Florestas que vem acompanhando com preocupação esse tipo de Resolução devido aos impactos que vão ocorrer nas zonas úmidas.

Cleidemar Batista Valério – MMA – esclareceu que o registro do agrotóxico preliminar já é uma autorização de uso de agrotóxico. Nessa Resolução o objetivo é estabelecer as diretrizes e regras para o uso. Ou seja, estamos dando mais instrumentos de controle do uso de agrotóxico, porque sabemos e temos notícia de uso ilegal do agrotóxico.

Paula Petracco – Liminóloga – alertou para a falta de liminólogos nessa discussão. Informou sobre o Congresso da Sociedade Brasileira de Liminologia em agosto desse ano, que acontece há cada dois anos, onde a sociedade vai discutir amplamente esse tema.

Ressaltou a importância do CONAMA aguardar um pouquinho mais para ter o respaldo da sociedade nesse assunto.

Informou que a comunidade europeia proibiu o uso de agrotóxicos em ambientes aquáticos. E completou destacando alguns pontos preocupantes na Resolução, que no início voltava-se a questões de caráter emergencial e hidroelétricas, devido às grandes proliferações de macrófitas, e atualmente permite que o usuário de agrotóxico em ambiente aquático possa ser pessoa física. Reforçou a importância dessa discussão no âmbito do Comitê de Zonas Úmidas, pois as macrófitas são a base de todas as zonas úmidas, costeiras e continentais.

Mencionou também a questão do controle físico, mecânico ou biológico utilizado. O grupo tem defendido que não vai haver retirada das macrófitas após o uso de agrotóxico, isso causará uma demanda bioquímica de oxigênio altíssimo em ambiente aquático.

Cláudia Ramos Zagaglia – SEAP – perguntou como se os microorganismos e algas estão sendo incorporados nas informações mínimas de impacto dos agrotóxicos nessas áreas, no caso dessa Resolução.

Maria Carolina Hazin - MMA/RAMSAR – informou que esses organismos não estão sendo considerados nas discussões da Resolução. Ressaltou que esse tipo de consideração precisa ser levada ao grupo, e reforçou a importância da participação dos presentes na próxima reunião.

Paula Petracco – Liminóloga – complementou que as macrófitas tem uma capacidade de estocar uma grande quantidade de nitrogênio fósforo que vão ser devolvidos para o ambiente aquático quando elas morrem. Esses nutrientes serão absorvidos por cianobactérias que são muito piores do que as macrófitas, porque elas têm toxinas que são neurotóxicas e hepatotóxicas.

Antônio Carlos Porciuncula Soler – FBOMS – reforçou a importância da discussão desse tema no Comitê. Mencionou a relevância do pronunciamento do Comitê em relação a outros assuntos também, como as alterações do Código Florestal, o desmonte da legislação ambiental brasileira acontecendo no Congresso Nacional, e muitas das vezes motivado por vários setores do poder público.

Mencionou que apesar de achar precipitada a decisão sobre essa questão, devemos nos pronunciar contrariamente, porque o uso de agrotóxico é extremamente prejudicial à saúde humana e meio ambiente. Declarou que a solução proposta pela Resolução é extremamente simplista e reducionista com relação ao tema.

Ana Paula L. Prates - MMA/SBF – complementou que o fato das atividades de uso de agrotóxico estarem ocorrendo de forma ilegal, não pode servir de pauta para a regulamentação.

Débora Calheiros - Rede Pantanal – concordou com as observações da Paula Petracco.

Michael Becker - WWF-Brasil – concordou que seria um retrocesso seguir a visão de colocar esses custos para a sociedade ou postergar esses custos para a sociedade em outro momento e não internalizá-los dentro da própria operação.

Kleber dos Santos – MAPA – discordou de Antônio Carlos Porciuncula Soler sobre o Código Florestal, ele não vê como “desmonte” e sim como processo de reconstrução.

Concluiu que seria adequado ter a contribuição dos limnólogos, mas achou prematuro colocar-se contra ou a favor.

Luciana de Paiva Luquez – CNA – mencionou que a Resolução está falando de todos os ambientes aquáticos. Questionou se o controle é direcionado a macrófitas em lagos artificiais ou é para controle de organismos da fauna e da flora que causam impactos negativos a determinada situação.

Sandra Genari - Sítios Ramsar Brasileiros – destacou que a Resolução define hidropesticida como “agrotóxicos e afins destinado a uso em ambiente aquático com finalidade de promover o controle de organismo que estejam causando interferência negativa ao meio ambiente, a saúde ou usos múltiplos da água em determinado local.”, tal definição pode criar situações onde a navegação seja um uso múltiplo, e como as macrófitas podem prejudicar os motores, a solução possa estar baseada no uso de agrotóxico para o controle dessas macrófitas nessa situação. Menciona outra questão: quando a Resolução não define quais são esses ambientes aquáticos, eles poderão ser artificiais ou naturais.

Mencionou que o Comitê de Zonas Úmidas deve sim se manifestar de forma contrária ao princípio dessa discussão.

Luis Augusto Preto – ANA – manifestou sua posição pessoal, questionando a fundamentação técnica e exposição de motivos da questão em discussão. Informa que a questão deve estar relacionada à dificuldade de licenciamento para tirar essas macrófitas em hidrelétricas, por exemplo. Sugere que as hidrelétricas construam uma estação de tratamento de esgoto para o montante do reservatório para manter a qualidade de água.



Seria uma forma de condicionante à permissão para que explorasse a área, ao invés de permitir que se cabe com as plantas, atuando nas fontes da eutrofização.

Ana Paula L. Prates - MMA/SBF – sugeriu o envio de uma contribuição do Comitê Nacional de Zonas Úmidas para o GT dizendo que seria interessante esperar o encontro da Sociedade de Liminologia.

Cleidemar Batista Valério – MMA – complementou pedindo a participação de todos na reunião, pois o posicionamento ainda é imaturo.

Antônio Carlos Porciuncula Soler – FBOMS – mencionou a necessidade de se igualar o debate com a maior participação de membros do Comitê. Lembrou que na última reunião falamos de trabalhar um glossário, e até a possibilidade de criar um grupo para isso.

Débora Calheiros - Rede Pantanal – solicitou a realização de uma reunião específica para a discussão dos impactos, como hidrelétricas e outros, sobre a conservação do Pantanal.

Ana Paula L. Prates - MMA/SBF - pediu a Cleidemar Batista Valério para que avise a data da próxima reunião do GT de agrotóxicos para a viabilização de participação.

Relatou que entre os assuntos pendentes, a idéia de fortalecimento do Comitê Nacional de Zonas Úmidas, através da criação das câmaras como as câmaras de sítios, de recife de coral, manguezal.

Mencionou a possibilidade da realização de pelo menos duas reuniões por ano a princípio, e então a próxima reunião seria no segundo semestre, com a possibilidade de uma reunião intermediária.

Encerrou a reunião agradecendo a participação de todos e fazendo um agradecimento especial a Maria Carolina Hazin por toda a dedicação e paixão pelo tema, informando a todos que a atual reunião foi a última participação de Maria Carolina como ponto focal da Convenção de Ramsar no Brasil.